



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

Processo nº 0819.012877.00019/2026-68

**1. ÓRGÃO SOLICITANTE:**

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA-SEJUSP

**2.OBJETO:**

Aquisição e instalação de Kit de Tanque de combustível auxiliar e Kit provisions D350-794-013 compatíveis com a aeronave AS350 B2/B3, com finalidade de atender a demanda identificada no âmbito no Centro Integrado de Operações Aéreas/CIOPAER/AC, da Secretaria de Segurança Pública do Acre-SEJUSP, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, com recursos oriundos de Operação de Crédito – Contrato nº 40/00007-9, BNDES.

**3. DO LOTE PARA A LICITAÇÃO:**

LOTE I					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD p/ Registro	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

01	Kit Tanque Auxiliar DART Aerospace D350-794-111 ou equivalente com todos os kit provisions D350-794-013, com capacidade mínima de 129 litros utilizáveis ou superior, instalado no compartimento lateral esquerdo da aeronave, com sistema de transferência elétrica para o tanque principal e homologado para AS350 B2/B3.	UND	02		
02	Kit provisions D350-794-013 para AS350 B2/B3.	UND	01		
<b>VALOR TOTAL</b>					

3.1. O objeto desta contratação não se enquadra na definição de bem de luxo (art.20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021).

3.2. O item 01 - O Kit Tanque Auxiliar DART a ser adquirido será completo com todos os acessórios que deverão ser instalados nas aeronaves escolhidas da frota do CIOPAER.

3.4. O Item 02 - Kit provisions D350-794-013 será instalado na aeronave selecionada com todos os acessórios (sem o tanque auxiliar), visando a adaptação da aeronave para futura instalação e funcionamento do sistema de tanque auxiliar.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

**3.5. IDENTIFICAÇÃO DAS AERONAVES PARA INSTALAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS**

MATRÍCULA	FABRICANTE	MODELO	ANO	PAINEL ATUAL
PS-GEA	Helibras	AS 350 B3e	2023	<a href="#">LINK ACESSAR</a>
PR-VCA	Helibras	AS 350 B2	2007	<a href="#">LINK ACESSAR</a>
PR-BII	Airbus	AS 350 B2	2013	<a href="#">LINK ACESSAR</a>

**3.6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

A) Abrange a aquisição/instalação de Kit de tanque de combustível auxiliar e Kit provisions D350-794-013 compatíveis com a aeronave AS350 B2/B3, conforme indicado na Tabela acima item 3.

**LOTE 01:**

**ITEM 01- TANQUE AUXILIAR DART AEROSPACE D350-794-111:**

1. Kit Tanque Auxiliar DART Aerospace D350-794-111 ou equivalente, com capacidade mínima de 129 litros utilizável ou superior, com todos os kit provisions D350-794-013, instalado no compartimento lateral esquerdo da aeronave, com sistema de transferência elétrica para o tanque principal, bomba e homologado para AS350 B2/B3. O item deverá ser instalado em qualquer helicóptero da frota, após indicação da contratada.

**ITEM 02- KIT PROVISIONS D350-794-013**

1. O Kit provisions D350-794-013 será instalado na aeronave selecionada, visando a adaptação da aeronave para futura instalação e funcionamento do sistema de tanque tanque auxiliar Dart Aerospace, conforme manual de instalação da fabricante.

**3.7. INDICAÇÃO DE MARCAS OU MODELOS (ART. 41, INCISO I, DA LEI Nº 14.133/2021):**

a) Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s): Tanque Auxiliar DART Aerospace

b) A definição de marca e modelo específico Kit Tanque Auxiliar DART Aerospace se dá em virtude do componente possuir certificado de homologação para aeronaves AS 350B3 E AS350B2, compatíveis com a frota do CIOPAER,

**3.8. SUSTENTABILIDADE**

1. Deverão ser observadas, também, durante a execução dos serviços, as orientações dos programas do Administração Pública e normativos específicos voltados para as práticas sustentáveis, no que se refere ao cumprimento dos temas abaixo:



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

- a) Economia de energia;
- b) Economia em materiais plásticos descartáveis;
- c) Economia de água; e
- d) Descarte correto para produtos perigosos ao meio ambiente como pilhas, lâmpadas fluorescentes, equipamentos eletrônicos, e os inerentes ao manuseio e operacionalização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em aparelhos de condicionador de ar, dentre outros semelhantes.

2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

#### **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O Estado do Acre, através da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública -SEJUSP, dispõe em sua frota de aeronaves de asas rotativas 03 (três) helicópteros 02 (dois) modelo AS350 B2 e 01(um) modelo AS350 B3, os quais são empregados em operações aéreas de segurança pública, defesa civil, busca e salvamento, transporte de enfermos e órgãos para transplante, assistindo à sociedade como um todo, com o objetivo primordial de salvar e defender vidas humanas.

Tais atividades aéreas são desenvolvidas pelo Centro Integrado de Operações Aéreas (CIOPAER), órgão responsável por operacionalizar a atividade de aviação de segurança pública no Estado do Acre, o qual foi criado no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) por meio do Decreto Estadual 4.565, de 11 de setembro de 2009.

Ainda com o aumento da frota, com a inclusão do helicóptero AS350 B3e ocorrida em 2023 e com a entrega da nova base do CIOPAER no município de Cruzeiro do Sul/AC, verificou-se a região amazônica possui infraestrutura aeroportuária limitada relacionada aos locais de abastecimentos de aeronaves, pois nem todos os locais possuem o serviço, o que dificulta na logística operacional para o cumprimento de missões em locais longínquos, mais remotos dentro e fora do Estado.

Com isso, torna-se importante a aquisição de Tanque Auxiliar de Combustível, visando a autonomia das aeronaves, permitindo maior tempo em voo sem necessidade de reabastecimento e, consequentemente, garantindo maior segurança na operação, bem como o atendimento de ocorrências em áreas mais remotas, assegurando resposta rápida e contínua em operações de segurança pública, defesa civil e salvamento.

Vale Frisar que o processo licitatório anteriormente realizado por meio do sei nº [0819.012877.00096/2025-37](#) teve o citado objeto fracassado, conforme Julgamento (sei nº [0019687206](#)).

De igual modo, como o tanque de combustível é de fácil remoção e instalação, o Kit provisions D350-794-013 será instalado separadamente em uma das aeronaves da frota, possibilitando a alternância de tanques entre as aeronaves, garantindo o seu uso em toda a frota de helicópteros.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

Assim, torna-se essencial a aquisição dos objetos para maximizar ainda mais as operações aéreas na região amazônica dentro e fora do Estado do Acre.

#### **4.1.JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO POR LOTE**

- a)A consolidação de todos os materiais em lote resultará em economia de recursos financeiros e simplificação da administração.
- b)A gestão contratual torna-se mais simples, permitindo uma fiscalização e supervisão eficaz do cumprimento das obrigações contratuais, otimizando tempo e custos operacionais.
- c)Ao concentrar a compra em um lote, a instituição fortalece sua posição na negociação com fornecedores. O volume de compra mais significativo proporcionará vantagens, como descontos mais expressivos e condições de pagamento favoráveis conforme o estabelecidos no Termo de Referência.

### **5. NATUREZA DA CONTRATAÇÃO**

5.1. O objeto desta licitação possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo Edital por meio de especificações usuais do mercado, enquadrando-se, portanto, como bem de uso comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

### **6. PRAZO DO CONTRATO**

#### **6.1 DO CONTRATO**

6.1.1. Findo o processo licitatório, a qualquer momento durante a vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com as necessidades da Administração, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, a licitante vencedora e a SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA poderão celebrar o Termo de Contrato.

6.1.2. O prazo acima descrito poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora, devidamente justificado, desde que aceito pela SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

6.1.3. A assinatura da Ata e do Termo de Contrato, ou quaisquer outros documentos que integram este processo, será por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, tendo a empresa ganhadora que efetuar o cadastro no link [https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_avisar\\_cadastro&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=](https://app.sei.ac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=)

6.1.4. Os empenhos serão emitidos através do sistema SEFAZ. Portanto, faz-se necessário que a empresa possua Cadastro de Credor no sistema da SEFAZ, que poderá ser feito da seguinte forma: Ao acessar o site [www.sefaz.ac.gov.br](http://www.sefaz.ac.gov.br), aparecerá na tela DAE ON LINE (Documento de Arrecadação Eletrônica). Deverá ser



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

preenchido com os dados da empresa e informar o valor de R\$ 35,16 (trinta e cinco reais e dezesseis centavos). De posse do comprovante de pagamento do DAE, a empresa deverá juntar ao mesmo os seguintes documentos: CNPJ, comprovante bancário (todos em PDF). Encaminhá-los para o e-mail: [cadastrocredores.fazenda@ac.gov.br](mailto:cadastrocredores.fazenda@ac.gov.br), solicitando o Cadastro de Credor. E no e-mail [acre.cidade@gmail.com](mailto:acre.cidade@gmail.com), encaminhar os mesmos documentos solicitando Cadastro de Empresa para Certidão On-line. As informações mencionadas são meramente informativas, além de serem estabelecidas pela SEFAZ, estando sujeitas a alterações.

## **6.2 DA VIGÊNCIA**

### **6.2.1. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

a) A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

b) No ato de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

### **6.2.2. DO CONTRATO**

a. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado.

b. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, por igual período, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas no instrumento.

c. No período de vigência do Contrato estão incluídos todos os prazos necessários à perfeita execução do objeto nos termos pactuados entre as partes, ressalvados os casos referentes às garantias do objeto, que extrapolam o referido prazo de vigência.

d. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 01 (um) exercício financeiro.

e. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

## **6.3. DA EFICÁCIA**

A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

## **7. ALINHAMENTO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL -PCA**

7.1. O Plano de Contratação Anual- 2026/SEJUSP, tramitou no processo SEI [0819.012797.00003/2025-73](#). Ressaltamos, no entanto, que conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA SEAD Nº 14, DE 07 DE JUNHO DE 2024, ANEXO 01, item 02, (Inclusão, Exclusão ou Redimensionamento (Art. 17 IN) SEI 0013915370, é possível proceder a ajuste no PCAC nos seguintes períodos do ano: de 15 a 31 de janeiro; 15 a 31 de julho e de 1º a 20 de outubro.

## **8. LEGISLAÇÃO QUE PODERÁ SER APLICADA AO OBJETO**

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021- Regulamento Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Decreto Estadual nº 11.363/2023

Lei 8.078, de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor)

Decreto Estadual nº 11.107/2022 (Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos realizados pelos órgãos da administração direta, entidades autárquicas e fundacionais do Estado do Acre e seus fundos a fornecedores e prestadores de serviços)

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **9.1. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

a) A CONTRATADA prestará Garantia da Execução Contratual 10(dez) dias após a assinatura do Contrato no percentual de 3% (três por cento) do valor do Contrato. O tipo de garantia fica a critério da CONTRATADA, podendo ser prestado em uma das modalidades previstas nos incisos do §1º, do art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

b) A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia, para corrigir imperfeições na execução do objeto deste Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões.

c) A autorização contida na Subcláusula anterior é extensiva aos casos de multas aplicadas, depois de esgotado o prazo recursal

d) A CONTRATADA se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela CONTRATANTE.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

e) A garantia prestada será retida definitivamente, integralmente ou pelo saldo que apresentar, no caso de rescisão por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

f) A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados ao CONTRATANTE e emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra.

## **9.2 DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS BENS:**

9.2.1. O prazo de garantia contratual dos bens será de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

9.2.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

9.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

9.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

9.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

9.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 90 (noventa) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

9.5. O prazo indicado no item anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

9.5.1. Na hipótese do item acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

9.6. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

9.7. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

9.7. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **10. DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. É permitida a subcontratação da execução das atividades relacionadas a instalação dos objetos/componentes fornecidos, nas seguintes condições:

10.2. Atividades de instalação dos componentes e aplicação de CST (Certificado Suplementar de Tipo), atualização do PMV (manual de voo da aeronave) e lançamento nas etiquetas nas cadernetas.

10.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.4. . A subcontratação depende de autorização prévia da contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

10.5. . A Contratada apresentará à administração documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

## **11. DA VEDAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

**Não será permitida a participação de consórcios**, pois não se trata de objeto complexo e de grandes dimensões. E, dadas as características do mercado, as empresas podem, de forma isolada, participar da licitação, atender às condições e os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência, e posteriormente executar o objeto. A vedação à participação de consórcio, nesta situação, não acarretará prejuízo à competitividade do certame, e facilitará a análise dos documentos de habilitação, que certamente são mais complexos em se tratando de empresas reunidas em consórcio.

## **12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES**

12.1. A empresa a ser contratada deve possuir sede no território nacional e ser certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC). Deve possuir e apresentar as seguintes comprovações por ocasião do processo licitatório:



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

I- Certificado de Organização de Manutenção e Especificações Operativas emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil que lhe permitam instalar, integrar e certificar a modificação da aeronave junto à respectiva Agência Reguladora..

II- Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove experiência na execução do objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

III- A Vistoria ao local para conhecimento das aeronaves é facultativa, mas, o licitante que não fizer a vistoria deverá apresentar declaração por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim de que conhece o local, o objeto, equipamentos e acessórios sob pena de inabilitação. E não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante;

IV- Apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, para os serviços propostos equivalente, quando for o caso.

12.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço/fornecimento do objeto.

12.3 Caso a licitante não possua certificado de Organização de Manutenção e Especificações Operativas emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil ou Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove experiência na execução do objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, esta deverá apresentar instrumento de subcontratação de empresa com as certificações e atestados em nome da subcontratada, relacionados as atividades de instalação dos componentes.

12.4 O subitem anterior refere-se apenas as empresas que comercializam componentes aeronáuticos, porém não possuem qualificação para o serviço de instalação dos objetos. Neste caso deverá apresentar o instrumento de subcontratação para os serviços de instalação.

#### **12.4. JUSTIFICATIVA QUANTO À EXIGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.4.1. De acordo com a Lei nº 14.133/21 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), a exigência de qualificação técnica nas licitações visa garantir que a empresa contratada tenha a capacidade técnica necessária para executar o objeto da licitação com eficiência, qualidade e dentro dos prazos estabelecidos. A qualificação técnica tem como objetivo assegurar a idoneidade, competência e experiência do licitante, conferindo maior segurança à Administração Pública na escolha do fornecedor ou prestador de serviços.

12.4.2. A qualificação técnica se divide em profissional e operacional. A primeira busca identificar, nos quadros da licitante, profissionais cujo acervo técnico indique a responsabilidade pela execução de obras similares ao objeto do certame. Já a segunda tem como escopo buscar a comprovação de que a empresa licitante, como unidade jurídica e econômica, já participou anteriormente de contrato cujo objeto era similar ao previsto para a contratação almejada



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

pela Administração Pública.

12.4.3. Ademais, a capacidade técnico-profissional se refere pontualmente à comprovação de que a empresa possui, em seu quadro de pessoal, profissional detentor de atestado de responsabilidade técnica que demonstre a efetiva execução de parcelas de maior relevância e valor significativo de obra ou serviços similares ao objeto licitado, que sejam indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, para não se ver frustrada e tornar prejudicada ato administrativo desejado. São ainda tratadas em Jurisprudência do TCU:

*" É cabível a exigência de comprovação da capacidade técnico-operacional mediante atestados, sendo admitida, inclusive, a possibilidade de exigências de quantitativos mínimos e prazos máximos para essa comprovação, desde que demonstrada a adequação e pertinência de tal exigência em relação ao objeto licitado."*

*Acórdão 1417/2008 Plenário (Sumário)*

*"As exigências de qualificação técnico-operacional limitam-se aos itens de maior relevância e em percentuais razoáveis."*

*Acórdão 697/2006 Plenário (Sumário)*

12.4.4. Por fim, as aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal. Porém, o enunciado constitucional já aufere que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão “ressalvados os casos especificados na legislação” que assim versa:

*"Art. 37.*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

12.4.5. Logo, a qualificação técnica busca afastar das contratações públicas, licitantes que por pouca ou nenhuma experiência sejam incapazes de executar com perfeição o objeto da licitação. Destarte, pelas razões supracitadas, pode-se inferir que é primordial a experiência das licitantes para a contratação em tela, pois tais critérios são objetivos e razoáveis para garantir a qualidade dos fornecimentos e serviços, assegurando a competência dos licitantes na realização dos exames, visando a entrega de serviços de qualidade e precisão; prevenção de irregularidades e falhas, evitando a contratação de empresas ou profissionais sem a capacidade técnica adequada, reduzindo o risco de irregularidades, erros ou falhas nas contratações, como também, para a promoção da concorrência justa, visto que, ao estabelecer critérios claros de qualificação técnica, o processo de contratação promove uma competição mais justa entre os licitantes, favorecendo a seleção daqueles que realmente possuem a expertise necessária para atender às demandas.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

## **12.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

12.5.1. Poderão participar do presente processo licitatório as empresas do ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, detentoras de Certificado de Organização de Manutenção e Especificações Operativas emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil que lhe permitam instalar, integrar e certificar a modificação da aeronave junto à respectiva Agência Reguladora ou empresas que comercializem os objetos e que tenham instrumentos de subcontratação de empresas especializadas nas atividades de instalação dos componentes. .

12.5.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I. atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove experiência na execução do objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior;

II. prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial;

III. registro ou inscrição na entidade profissional competente;

IV. A Vistoria ao local para conhecimento das aeronaves é facultativa, mas, o licitante que não fizer a vistoria deverá apresentar declaração por intermédio de representante legal devidamente qualificado para esse fim de que conhece o local, o objeto, equipamentos e acessórios sob pena de inabilitação. E não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante (Endereço e horários: Base CIOPAER/Rio Branco - Rua Paulo Lemos de Moura Leite s/n Bairro Portal da Amazônia. CEP 69915-777, Rio Branco/AC - Horário das 07 h as 18h - Segunda a Sexta-feira);

12.5.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

12.5.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.5.5. Caso o licitante não possua certificado de Organização de Manutenção e Especificações Operativas emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil e Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove experiência na execução do objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, esta deverá apresentar instrumento de subcontratação de empresa com as certificações e atestados em nome da subcontratada, relacionados as atividades de instalação dos componentes.

12.5.6. O subitem anterior refere-se apenas as empresas que comercializam componentes aeronáuticos, porém não possuem qualificação para o serviço de instalação dos objetos. Neste caso deverá apresentar o instrumento de subcontratação para os serviços de instalação.

## **12.6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

12.6.1. A empresa a ser contratada deve possuir sede no território nacional e ser certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC), para o fornecimento/execução dos Serviços especializados relacionados aos objetos.

**Deve possuir e apresentar as seguintes comprovações por ocasião do processo licitatório:**

I - Certificado de Organização de Manutenção e Especificações Operativas emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil que contemple os serviços especializados para a execução do objeto correspondente, conforme estabelecido pelo Regulamento Brasileiro de Aviação Civil;

II- Apresentar registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada, para os serviços propostos equivalente, quando for o caso.

12.6.2. Os objetos/serviços a serem contratados são objeto de regulamentação específica realizada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC. Para que operem, devem possuir Certificado de Organização de Manutenção e Especificações Operativas emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil.

12.6.3. Caso o licitante não possua certificado de Organização de Manutenção e Especificações Operativas emitidas pela Agência Nacional de Aviação Civil e Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove experiência na execução do objeto com complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, esta deverá apresentar instrumento de subcontratação de empresa com as certificações e atestados em nome da subcontratada, relacionados as atividades de instalação dos componentes.

12.6.4. O subitem anterior refere-se apenas as empresas que comercializam componentes aeronáuticos, porém não possuem qualificação para o serviço de instalação dos objetos. Neste caso deverá apresentar o instrumento de subcontratação para os serviços de instalação.

## **13. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **13.1. DA ENTREGA DO OBJETO:**

13.1.1. O prazo de entrega dos bens do ITENS será de até 02 (dois) meses, contados da assinatura da ordem de fornecimento ou da emissão da requisição, em remessa parcelada.

13.1.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

13.1.3. Após os ITENS se encontrarem em plenas condições de instalação, com o prazo estipulado para entrega dos itens, a contratada deverá entregar os objetos instalados em pleno funcionamento na aeronave indicada, com prazo de até 15 (quinze) dias após a entrada na oficina ou parada da aeronave para execução dos serviços, em local que atenda as regulamentações vigentes para instalação dos kits.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026

**13.1.4. A Instalação dos objetos poderá ser realizada na base do CIOPAER/AC, localizada em Rio Branco, caso seja possível a execução do serviço e, neste caso, não haverá despesas relacionadas ao traslado da aeronave e tripulação.**

13.1.5. Devido a necessidade de otimizar os usos das aeronaves, em virtude da indisponibilidade da aeronave para utilização operacional durante a instalação do produto, o contratante se reserva no direito de agendar a entrada da aeronave na oficina ou parada para a instalação do kit.

13.1.6. O contratado será responsável pelo transporte dos produtos até a sua entrega ao contratante no endereço e horário indicados.

13.1.7. As embalagens dos produtos deverão ser acondicionadas conforme padrão do fabricante, devendo garantir a proteção durante o transporte e estocagem, bem como constar identificação dos produtos e demais informações exigidas na legislação em vigor.

13.1.8. Os produtos deverão estar acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

13.1.9. A embalagem deve ser adequada à sua conservação e indicar marca, modelo e procedência do produto, bem como CNPJ, nome do fabricante, além de informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados e ainda sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.

13.1.10. A entrega dos produtos poderá ser efetuada de forma parcelada, de acordo com o quantitativo estabelecido na Ordem de Fornecimento.

13.1.11. Na entrega não será aceita troca de marca e fabricante dos produtos ofertados na proposta.

13.1.12. A entrega do produto ficará a cargo do contratado, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

13.1.13 Os produtos deverão ser entregues em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

13.1.14. Somente os produtos que estiverem em perfeitas condições serão aceitos e recebidos, caso algum produto sofra danos durante o transporte e ou não apresentem as condições ora estabelecidas, os mesmos serão rejeitados e devolvidos, ficando o fornecedor obrigado a substituí-los, sujeitando-se ainda às sanções previstas no Edital e na legislação pertinente, quando couber.

13.1.15. Os bens para a instalação deverão ser entregues em oficina ou local definido pela empresa contratada, em território nacional, previamente indicada ao contratante, na assinatura do contrato. Será necessário na entrega do bem todo o documento de certificação conforme estipula legislação (via regulamentação da ANAC) para grandes modificações, sendo o CST aplicado (Certificado Suplementar de Tipo), atualização do PMV (manual de voo da aeronave) e lançamento nas etiquetas nas cadernetas.

## 16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

**16.1. São obrigações do Contratante:**

- a). Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b). Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c). Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d). Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e). Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f). Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g). Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h). Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- i). Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j). A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k). Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- l). Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- m). Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- n). A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

**17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1.O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a). Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- b)A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- c)Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d)Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- e)Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f)Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g)Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- h)Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:
  - 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

- i) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- j) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- l) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- m) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- n) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- o) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- q) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- r) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- s) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- t) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- u) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

v) Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

x) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**17.2. Dos custeios das despesas relacionadas ao traslado da aeronave e da tripulação:**

17.2.1. A contratada deverá arcar com as despesas inerentes ao traslado da aeronave até a oficina indicada pela contratada, referente ao custo de combustível da aeronave, taxa aeroportuária, hospedagem e alimentação dos integrantes da tripulação do CIOPAER/AC (**03 integrantes**), incluindo as mesmas despesas realizadas durante o regresso da aeronave após a finalização/entrega dos objetos, sem ônus para Administração Pública.

17.2.2. A contratada deverá providenciar o regresso da tripulação (**03 integrantes**) após a entrega da aeronave para execução do objeto na oficina indicada e o retorno da tripulação para o recebimento da aeronave, arcando com todas as despesas referentes a passagens aéreas (Bagagem despachada+ menor duração), hospedagem e alimentação, sem ônus para Administração Pública.

17.2.2. Antes de iniciar o traslado da aeronave para a oficina indicada pela contratada, esta deverá agendar a passagem de regresso da tripulação, com data logo após a entrega da aeronave.

**18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

1) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

2) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4) O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**18.1. FISCAL DO CONTRATO**

a) São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- 1) Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
- 2) Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;
- 3) Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
- 4) No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;
- 5) No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;
- 6) Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 7) Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor do Contrato, prazo razoável para medida saneadora.
- 8) Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 9) Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 10) Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 11) Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 12) Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 13) Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

- 14) Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 15) Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 16) Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 17) Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 18) Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 19) Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 20) Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 21) Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;
- 22) Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 23) Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e
- 24) Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

## **18.2. GESTOR DO CONTRATO**

- a) São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 1) Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos ou da Ata de Registro de Preços, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
  - 2) Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
  - 3) Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
  - 4) Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

- 5) Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 6) Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 7) Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 8) Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 9) Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 10) Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 11) Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 12) Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 13) Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 14) Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 15) Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 16) Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei
- 17) Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas
- 18) Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

na tomada de decisões

- 19) Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 20) Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 21) Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 22) Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

## **19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

19.1. Os objetos serão recebidos provisoriamente a partir da entrega e instalação dos itens na aeronave, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta.

19.2. E recebida Definitivamente, após a verificação da conformidade realizada pelo Fiscal do contrato, e/ou membro da Seção Técnica do CIOPAER, a qual emitirá o aceite definitivo em até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório, podendo haver autorização de dilação de prazo conforme pedido devidamente justificado pela CONTRATADA.

19.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

19.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

19.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **20. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

20.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **21. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

21.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

21.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

21.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão





**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

21.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

21.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **22. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO**

22.1. O pagamento correspondente ao valor total do objeto dar-se-á de forma parcelada, no total de 02 (duas) parcelas, considerada a política e condição de fabricação/entrega do objeto.

22.2. A presente contratação permite a **antecipação de pagamento parcial de 50% (cinquenta por cento)**, para o valor total de cada item fornecido, conforme as regras previstas na presente Cláusula e conforme quadro abaixo:

50% do valor total de cada ITEM fornecido	Em até 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do Contrato e emissão da ordem de fornecimento de bens e serviços, com apresentação da nota fiscal inicial emitida pela Contratada
50% do valor total de cada ITEM fornecido	Após a entrega definitiva do objeto em até 30 (trinta) dias a contar da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura FINAL, a ser atestada e após o Recebimento Definitivo, neste devendo constar o valor total, encargos e tributos decorrentes da venda.

22.2.1. Fica a CONTRATADA obrigada a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto.

22.2.2. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.

22.2.3. A antecipação de pagamento dispensa ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

22.3.O documento apresentado pela empresa, para fins de pagamento, conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.

22.4.A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

22.5.O documento fiscal deverá ser emitido em conformidade com o indicado na Ordem de Entrega.

22.6.A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento

22.7.Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

22.8.Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = I \times N \times VP$  , onde:

EM = Encargos moratórios;

$I = \text{Índice de atualização financeira} = [(TX/100)/365]$

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela em atraso

22.9.Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na sede da SEJUSP, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

22.10.Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

22.11.Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

22.12.A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

22.13.Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

22.14.Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa à mora. (IN 06, DE 23 de dezembro de 2013 da SLTI do MPOG).

22.15.Não deverá ser efetuado pagamento à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso), exceto nos casos de parcela incontroversa, ou seja, aquela sobre a qual não paire qualquer dúvida, e esta, será devidamente paga pela CONTRATANTE.

22.16.A nota fiscal/fatura deverá conter o detalhamento do valor devido a título de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, devendo ainda conter informações acerca da alíquota utilizada, caso contrário, este deverá ser devolvido para retificação;

22.17.O documento fiscal deverá ser encaminhado juntamente com o (os) documento (s) de recolhimento Estadual (DAE);

22.18.As empresas cujo o documento fiscal contenha o recolhimento para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), tem o prazo máximo para emissão/apresentação até o dia 10 de cada mês, do contrário, deverá emitir somente no próximo mês.

22.19.Para pagamentos com recursos **15000100 (recursos próprios), 27540500 e Convênios**, o documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

**a) SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA/SEJUSP**

**b) CNPJ/MF sob o nº 63.608.947/0001-08**



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

c) com sede na Rua Benjamin Constant, nº 1015, Centro – Subsolo do Palácio das Secretarias, em Rio Branco – Acre, CEP 69900-064

### **23. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Programa de Trabalho:** 71900106183143511160000

**Elemento de Despesa:** 44.90.52.00

**Fonte de Recurso:** 27540500 - Operação de Crédito -BNDES

### **24. REAJUSTE**

24.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

24.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da empresa contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo- IPCA, publicado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

24.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

24.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

24.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

24.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

24.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

24.8. O reajuste será realizado por Termo Aditivo



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

## **25. REVISÃO**

25.1. O preço ofertado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos materiais desde que atendidas as disposições contidas no art. 06, inciso LVIII, da Lei nº 14.133/2021, e será concedida desde que solicitada formalmente mediante comprovação pela empresa contratada e após a análise técnica e jurídica da administração contratante. Em sendo concedida, ocorrerá a partir da data da assinatura do respectivo termo aditivo, com efeitos financeiros a partir da data do protocolo do pedido;

25.2. Em nenhuma hipótese os preços decorrentes de revisão ultrapassarão os praticados no mercado.

## **26. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:**

a) A proposta apresentada pela empresa deverá ter validade de 90 (noventa) dias.

## **27. DA COMPROVAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO.**

a) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

## **28. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**28.1.** O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

## **29. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **29.1. DA MODALIDADE**

Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

### **29.2. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

29.2.1. O critério de julgamento deste pregão eletrônico SRP será do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**.



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

29.3. A opção de utilizar Sistema de Registro de Preços justifica-se pela impossibilidade de prever o real quantitativo a ser demandado pela Administração, bem como pela necessidade de aquisições frequentes, solicitadas de acordo com a demanda da SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA.

### **30. DOS CASOS OMISSOS**

30.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Estadual nº 11.363/2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **31. Elaboração:**

#### **Pelo CIOPAER/SEJUSP**

Marfison Soares de Oliveira - Perito Criminal

Matrícula 9294538-4

Chefe da Divisão de Manutenção Aeronáutica

Portaria Nº 331/SEJUSP/2024

#### **Pela Divisão de Compras e Licitações da SEJUSP/AC:**

*[assinatura eletrônica]*

#### **Kátia Maria Oliveira da Costa**

Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DIVCL/SEJUSP

PORTARIA SEJUSP nº 462, de 09/08/2023

Matrícula 291463-2

### **32. APROVAÇÃO:**



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - SEJUSP**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000037/2026**

Vistos os autos, no uso de minhas atribuições, conferidas por meio do Decreto nº 10-P, de 01/01/2023, publicado no DOE nº 13.443, de 02/01/2023, p. 7;  
**APROVO** o presente Termo de Referência e seus anexos.

**JOSÉ AMÉRICO DE SOUZA GAIA**  
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública  
Decreto Estadual nº 10-P, de 01/01/2023.



Documento assinado eletronicamente por **KATIA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**, em 07/04/2026, às 14:06, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP6D5F5C 92DFFCCD 875F4340 C13858FC** e código CRC **B692C0**